

SEMANA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UMA CAMINHADA PELA CIDADANIA

MEDEIROS¹, Robson Antão
MORAES², Diogo Francisco Souza
SILVA³, Felipe Fagner Costa Soares
SILVA,⁴ Suellyton de Lima

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo relatar a experiência que o Projeto de Extensão *Assessoria Jurídica a Pessoas Especiais: Um Espaço de Cidadania* fez quando da participação da Caminhada da Pessoa com Deficiência, se integralizando com vários/as movimentos sociais e pessoas com deficiência. A narrativa nesse momento e a análise desta caminhada, bem como uma leitura social e seus impactos para os transeuntes que presenciaram e/ou participaram da caminhada. Assim, a caminhada completou seu objetivo ao discutir a acessibilidade e inclusão social, mostrando a sociedade em geral que o deficiente se comporta como cidadão que tem direitos e deveres, e que vai as ruas protestar quando é o caso, assim como qualquer outro cidadão.

Palavras-chave: Cidadania, Deficiência, Inclusão.

INTRODUÇÃO

Todos os anos é comemorado no dia vinte e um de setembro o dia nacional da pessoa com deficiência, momento em que pessoas deficientes, não-deficientes e entidades de/para pessoas com deficiência se reúnem para trazer a população o esclarecimento e dificuldades enfrentadas por uma parcela significativa da sociedade brasileira – nada obstante – e paraibana.

O Projeto de Extensão *Assessoria Jurídica a Pessoas Especiais: Um Espaço de Cidadania* – o qual além de trabalhar com o foco das pessoas com deficiência, desenvolve parcerias com entidades que comungam das mesmas atividades, através da Associação de Deficientes e Familiares (Asdef), participou junto a várias entidades da caminhada que fez parte da Semana de Luta da Pessoa com Deficiência.

Os objetivos pensados na caminhada tinham como finalidade levar ao público o descaso e desrespeito tanto da sociedade, quanto do próprio poder público para com os

¹ Universidade Federal da Paraíba/CCJ. Professor orientador. E-mail: robson.antao@gmail.com

² Universidade Federal da Paraíba/CCJ. Discente colaborador. E-mail: diogo_fsm@hotmail.com

³ Universidade Federal da Paraíba/CCJ. Discente colaborador. E-mail: felipefangner88@gmail.com

⁴ Universidade Federal da Paraíba/CCJ. Discente bolsista. E-mail: suellyton.lima@hotmail.com

deficientes físicos que continuam invisíveis como sujeitos de direitos e deveres, mas que permanecem sendo muito mais exigidos em seus deveres; e penados por uma ou outra condição deficitária que impendem de ter seus direitos concretizados/afirmados e expandidos para a garantia (nem que seja a mínima para começar) da dignidade humana⁵.

DESENVOLVIMENTO

No Estado da Paraíba, cerca de 1.045.962 apresentam algum tipo de deficiência, sejam elas física, visual, auditiva, motora ou mental⁶, com isso, representando cerca de 27,77% da população do Estado, significa uma parcela considerável da população.

Com a situação posta, há nichos sociais, com suas dadas fragmentações por condições sociais e de oportunidades de conhecimento/esclarecimento de certas situações sociais reais e latentes no mesmo âmbito da sociedade em que todos vivem, principalmente quando esta realidade diz respeito a pessoa com deficiência.

Para esclarecer sobre as questões suscitadas acima em relação a deficiência, o que seja e sua visão em sociedade, Débora Diniz e Wederson Rufino esclarecem que a deficiência como uma questão de impossibilidade de aproveitamento em potencial para certos tipos de trabalhos no ramo laboral capitalista, que dada essa impossibilidade, acabam por serem deixadas de lado por não ter seu corpo produtivo e funcional. Esclarece ainda, que deficiente é a política inclusiva dessas pessoas na sociedade, impedindo de participarem de discussões por não terem, ao menos, como chegarem ao local de discussão sem dependismo⁷.

METODOLOGIA

O Projeto de Extensão *Assessoria Jurídica a Pessoas Especiais: Um Espaço de Cidadania*, através da caminhada realizada em parcerias com várias entidades de pessoas com deficiência, a Associação de Deficientes e Familiares (Asdef), participou

⁵Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. **Artigo 1º:** O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.

⁶ IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pb&tema=censodemog2010_defic>. Acesso em: 05 nov. 2013.

⁷ Débora Diniz e Wederson Rufino. In: SUR, Revista Internacional de Direitos Humanos. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. 11ª Edição, 2009. pg. 66.

junto a várias entidades da caminhada que fez parte da Semana de Luta da Pessoa com Deficiência.

Após a caminhada pela cidadania, os membros do Projeto de Extensão avaliaram como os objetivos pensados na caminhada conseguiram atingir a finalidade de levar ao público o descaso e desrespeito tanto da sociedade, quanto do próprio poder público para com os deficientes físicos que continuam invisíveis como sujeitos de direitos e deveres.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Percebe-se que dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 2010, acerca da população com deficiência, a caminhada trouxe a seguinte pergunta: *por que cerca de um quarto da população passa imperceptível pelos demais três quartos e principalmente pelo poder público?* A resposta não era dada diretamente, era necessária uma leitura das pessoas que passavam pelo local ou que eram trabalhadas no momento de entrega de panfletos – trabalho este também realizado pelo Grupo de Extensão.

Em resposta à pergunta suscitada, o Grupo analisou e entendeu que parte da questão se deve a própria cultura individualista pregada pelo estilo de sociedade cotidiana, sendo que, a grande maioria da população, preocupa-se apenas com suas próprias atividades de forma muito pragmática, restringindo-se ao seu contexto social através de suas relações sociais – que muitas vezes não têm vínculo com pessoas deficientes – e o tipo de conscientização (ou falta desta) que é passada em quanto papel social, seja através das escolas, seja através dos espaços públicos em geral.

Por outro lado da leitura, há pessoas que se sensibilizam com a causa, todavia, percebem os deficientes como pessoas inferiores, que merecem ajuda por não serem capazes, o que termina no próprio preconceito e falta de conscientização sobre o que seja ser diferente e a função social de cada sujeito em comunidade.

Outro aspecto que nos chamou atenção na caminhada, foi a participação de várias entidades de pessoas com algum tipo de deficiência – a exemplo da Associação de Deficientes e Familiares, Instituto dos Cegos, Apae de Santa Rita e Acsociapb Inclusão, Fundação de Apoio ao Deficiente (FUNAD) – que com muitas pessoas na rua, deram uma volta completa no Parque Solon de Lucena (Lagoa), organizando batucadas, danças e cantos por pessoas deficientes, mostrando ao público que por ali passava, a plena

possibilidade da participação de todos e todas na vida em sociedade, respeitando o talento e desenvoltura de cada cidadão para uma certa atividade.

Em meio a trajeto, era posto a sociedade a necessidade de inclusão dessas pessoas, inclusão no sentido de não só conviverem no mesmo espaço físico que outras (integração), mas de se relacionarem e viverem com proporcionalidade as mesmas condições e serem tratadas de forma igual, tendo como percepção as várias diferenças humanas que tornam todos iguais nessas diferenças. Nada obstante, era exposto a falta de respeito do Estado ao fiscalizar para concretizar leis que versam direitos das pessoas em pauta, a exemplo da acessibilidade em prédios, e mais políticas públicas de inclusão.

Ao término, houve um espetáculo com a banda Acredite, formada por pessoas deficientes, momento em que promoveu uma verdadeira integração de todos e todas presentes naquele momento, onde houveram danças e muita participação junto ao espetáculo.

CONCLUSÃO DA EXPERIÊNCIA

Comunga-se da perspectiva de extensão como trocar de conhecimento entre acadêmicos e população como meio de desenvolvimento recíproco entre os atores envolvidos. No ramo das Ciências Jurídicas, acredita-se ser imprescindível a sensibilidade do – antes de ser profissional – cidadão, para desempenhar, em quanto profissional, os trabalhos mais humanizado e consciente de uma realidade social que muitas vezes não vem a amostra em espaços dentro da academia o que acarreta em profissionais que insistem em viver uma vida privada e afastada da realidade e suas nuances.

A caminhada completou seu objetivo, qual seja: discutir a acessibilidade e inclusão social, mostrando a sociedade em geral que o deficiente se comporta como cidadão que tem direitos e deveres, e que vai as ruas protestar quando é o caso, assim como qualquer outro cidadão.

Enquanto extensionistas vivenciam-se as dificuldades das pessoas com deficiência, seus percalços e dificuldades, todavia testemunhando grandes entusiastas de seu próprio futuro enquanto cidadãos de direito, ainda deparando com várias pessoas que possuem talentos como os atletas, músicos, dançarinos entre outros.

A semana de luta da pessoa com deficiência trouxe a caminhada e, juntamente a ela, um momento muito importante para a formação desses extensionistas, com experiência de vida e aprendizado sobre a verdadeira inclusão social, e experiência essa que, carregam como lição em práxis.

REFERÊNCIAS

Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013.

DINIZ, Débora & RUFINO, Wederson. In: SUR,SUR, Revista Internacional de Direitos Humanos. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. 11º Edição, 2009.

IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pb&tema=censodemog2010_defic>. Acesso em: 05 nov. 2013.